

Comissão independente lista crimes de guerra e contra a humanidade em Gaza



© Unrwa

Constatações da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado também abrangem áreas de Jerusalém Oriental e Israel

Especialistas indicam “ponto de virada claro” para israelenses e palestinos após ataque do Hamas ao sul de Israel de 7 de outubro; documento pede libertação imediata e incondicional dos reféns ao Estado Palestino e às autoridades de facto em Gaza.

Um relatório apresentado esta quarta-feira na ONU aponta que “crimes de guerra e contra a humanidade” foram cometidos no ataque de 7 de outubro a Israel e nas operações militares subsequentes por grupos armados palestinos e autoridades israelenses.

As constatações da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado também abrangem áreas de Jerusalém Oriental e Israel.

Perdas, desespero, retaliação e atrocidades

A publicação divulgada em Genebra destaca que “em meses de perdas e desespero, retaliação e atrocidades, o sofrimento de palestinos e israelenses piorou”.



Os civis sofrem “o peso das decisões daqueles que detêm o poder”, destaca o grupo independente criado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU no documento enfatizando o impacto do conflito sobre mulheres e crianças.

Para os especialistas, o ataque do Hamas ao sul de Israel de 7 de outubro marca um “ponto de virada claro” para israelenses e palestinos e um “momento decisivo” que pode mudar o rumo do conflito, com “um risco real de consolidar e alargar ainda mais a ocupação”.

Para Israel, o ataque “sem precedentes na história moderna em termos de dimensão” resultou na morte de centenas de pessoas e em sequestros. A análise aponta ainda “traumas dolorosos de perseguições passadas, não apenas para judeus israelenses, mas para o povo judeu em todos os lugares”.

Interromper os ciclos recorrentes de violência

Já para os palestinos, a operação militar e o ataque de Israel em Gaza ficam registrados como “os mais longos, maiores e mais sangrentos desde 1948”.

Para a comissão, tanto o ataque em Israel quanto a subsequente operação militar de Israel em Gaza não devem ser vistos isoladamente. Para os especialistas, a “única maneira de interromper os ciclos recorrentes de violência, incluindo agressão e retaliação de ambos os lados, é garantir a adesão estrita ao direito internacional”.

As recomendações incluem “acabar com a ocupação israelense ilegal do território palestino; discriminação, opressão e a negação do direito à autodeterminação do povo palestino, e garantir paz e segurança para judeus e palestinos.”



PMA/Wissam Nassar

Estudo pede fim dos disparos indiscriminados de foguetes, morteiros e outras munições contra populações civis

A comissão descreve ainda atos durante confrontos de 7 de outubro em Israel com participação direta de “membros das alas militares do Hamas e outros grupos armados palestinos, bem como civis palestinos”.

Violência sexual e de gênero contra civis

De forma deliberada, os envolvidos “mataram, feriram, maltrataram, fizeram reféns e cometeram atos sexuais e de gênero contra civis”. As vítimas incluem cidadãos israelenses e estrangeiros.

Atos similares também foram cometidos contra membros das Forças de Segurança de Israel, ISF, incluindo soldados considerados fora de combate. O relatório destaca que essas ações podem ser consideradas crimes de guerra, violações e abusos do direito internacional humanitário e dos direitos humanos. Autoridades de Israel rejeitam as constatações da comissão independente.

A série de padrões apontando para violência sexual foram examinados em vários locais. A conclusão é que “as mulheres israelenses foram desproporcionalmente submetidas a esses crimes”.

Para os autores do relatório, as autoridades israelenses “falharam em proteger civis no sul de Israel em quase todas as frentes”, incluindo em mobilizar rapidamente as forças de segurança suficientes para proteger civis e evacuá-los de locais civis.

Falha em proteger civis no sul de Israel

Na aplicação da chamada "Diretiva Hannibal", as forças de Israel mataram pelo menos 14 concidadãos. O procedimento visando evitar a captura de membros das forças pelo lado inimigo teria sido direcionado a civis israelenses em 7 de outubro.

Outra falha das autoridades israelenses foi em “garantir que provas forenses fossem sistematicamente recolhidas por autoridades envolvidas e socorristas, particularmente em relação a alegações de violência sexual”. A situação “mina a possibilidade de futuros procedimentos judiciais, responsabilização e justiça”.



A comissão concluiu que em relação às operações militares em Gaza, forças de Israel teriam cometido crimes de guerra e contra a humanidade e violações de leis internacionais humanitárias e de direitos humanos.

Estado Palestino e autoridades de facto em Gaza

A comissão crê que “o imenso número de vítimas civis e a destruição generalizada de bens civis e infraestrutura de população vital foram os “resultados inevitáveis da estratégia escolhida por Israel para o uso da força” durante esses confrontos.

Para o Estado Palestino e as autoridades de facto em Gaza o apelo é que garantam a libertação imediata e incondicional de todos os reféns. O estudo pede ainda que se garanta sua proteção, incluindo contra violência sexual e de gênero.

Outras recomendações são prestar informações sobre o estado de saúde e bem-estar, autorizar contatos com a Cruz Vermelha, famílias e atendimento médico, além de assegurar o tratamento segundo leis humanitárias de direitos humanos. O documento enfatiza ainda a necessidade do “fim dos disparos indiscriminados de foguetes, morteiros e outras munições contra populações civis” por parte de grupos palestinos.

Assembleia Geral da ONU pede fim da ocupação israelense nos territórios palestinos

Texto não vinculante baseia-se em um parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça que considera 'ilegal' a ocupação israelense desde 1967

Os Estados-membros das Nações Unidas exigiram formalmente nesta quarta-feira que **Israel** encerre “sem demora” a “sua presença ilícita” nos territórios palestinos em no “máximo” 12 meses a partir da adoção do texto — medida que, apesar de simbólica, aumenta a pressão e o isolamento internacional de Israel. A resolução não vinculante foi apresentada pela Autoridade Nacional **Palestina** (ANP) e

recebeu 124 votos a favor, 43 abstenções e 14 votos contrários, incluindo Israel e os Estados Unidos, seu principal aliado. Para o Estado judeu, a medida é "cínica" e "distorcida".

O texto baseia-se em um parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ), principal órgão judicial da ONU, que em julho considerou que "a presença contínua de Israel nos territórios palestinos ocupados é ilícita" e ressaltou que Israel "tem a obrigação de pôr fim a essa situação o mais rápido possível". A opinião consultiva da corte não é vinculativa, mas carregam um peso sob a lei internacional. O mesmo vale, neste caso, para a adoção da resolução pela assembleia: apesar de não ser vinculativo, tem peso político.

A aprovação ocorre poucos dias antes da chegada a Nova York de dezenas de chefes de Estado e de governo para a Assembleia Geral da ONU, durante a qual a guerra na Faixa de Gaza será um tema dominante. Também é a primeira apresentada pela Palestina desde que a assembleia Geral deu apoio esmagador, porém simbólico, à sua adesão como membro pleno na ONU em maio. **Israel tem sido pressionado pela comunidade internacional frente ao número assimétrico de mortes de palestinos (mais de 41 mil, segundo o Ministério da Saúde do enclave) e à escalada da crise humanitária no enclave em decorrência da sua resposta ao ataque terrorista do Hamas, bem como pelo aumento da violência de colonos e avanço dos assentamentos na Cisjordânia na esteira do conflito.**

A ideia é utilizar a pressão da comunidade internacional na Assembleia Geral e a pressão da decisão histórica da CIJ para forçar Israel a mudar de atitude — afirmou na terça-feira o embaixador palestino na ONU, Riyad Mansour. **Quantos palestinos mais têm que morrer para que finalmente haja uma mudança que ponha fim a essa desumanidade?**

A resolução também "exige" a retirada das forças israelenses dos territórios palestinos, o congelamento de novos assentamentos, a devolução de terras e propriedades confiscadas e a possibilidade de retorno dos palestinos deslocados. Pede ainda aos Estados-membros que tomem medidas para impedir as importações dos assentamentos e o fornecimento de armas a Israel se houver motivos "razoáveis" para acreditar que elas poderiam ser usadas nos territórios palestinos e propõe sanções contra os envolvidos na "manutenção da presença ilegal de Israel" nos territórios palestinos.

'Incentiva o terrorismo'

Em uma declaração após a votação, o embaixador israelense na ONU, Danny Danon, classificou a decisão como "vergonhosa que apoia o terrorismo diplomático da Autoridade Palestina". "[A decisão] está desconectada da realidade, incentiva o terrorismo e prejudica as chances de paz", argumentou por sua vez o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores israelenses, Oren Marmorstein, na rede social X.

A embaixadora dos EUA, Linda Thomas-Greenfield, pediu nesta quarta-feira que os Estados-membros votassem contra a resolução. Na terça-feira, ela condenou a "linguagem inflamatória" de um texto que não afirma que "o Hamas, uma organização terrorista, tem poder em Gaza".

Adotar uma resolução parcial que interpreta seletivamente o parecer da CIJ não faz avançar o que todos queremos, dois Estados vivendo em paz, um ao lado do outro — argumentou.

Na visão da secretária-geral da Anistia Internacional, Agnes Callamard, a resolução "deixa bem claro" que a ocupação "não pode mais continuar". À rede catari al-Jazeera, Callamard afirmou que **Israel "deve cumprir a resolução imediatamente", além de "remover todos os colonos da Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental, e reverter sua anexação, tanto na lei quanto na prática."**

— Por décadas, a ocupação ilegal de Israel trouxe injustiça, derramamento de sangue e sofrimento aos palestinos em grande escala — afirmou a ativista, acrescentando: — Nos últimos 11 meses, as violações sistemáticas dos direitos humanos que são uma marca registrada da ocupação brutal de Israel e do sistema de *apartheid* se intensificaram drasticamente.

Enquanto o Conselho de Segurança está em grande parte paralisado sobre este assunto devido ao uso reiterado dos Estados Unidos de seu direito ao veto para proteger Israel, seu aliado, a Assembleia Geral aprovou em várias ocasiões desde outubro textos em apoio aos palestinos.

REFERÊNCIAS:

<https://news.un.org/pt/story/2024/06/1833076>

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/09/18/assembleia-geral-da-onu-pede-fim-da-ocupacao-israelense-nos-territorios-palestinos-em-um-ano.html>